

FAKE NEWS CONTRA UMA DEMOCRACIA EFETIVA

Jonattan Rodriguez Castelli¹

Oz Solon Chovghi Iazdi²

Laís Fernanda de Azevedo³

Resumo: O objetivo do artigo é analisar as consequências do fenômeno das *fake news* sob a efetividade do sistema democrático, destacando a sua dimensão institucional – como elas afetam e são afetadas pelas instituições, hábitos e mitos autorizadores compartilhados. Para tanto, parte-se dos conceitos de democracia apresentados por Dewey, Dahl e Habermas, enfatizando a importância do conhecimento e do diálogo para efetividade da democracia. Argumenta-se que as *fake news* reforçam as bolhas sociais e os preconceitos que as ensejam, dificultando o estabelecimento de uma lógica coletiva. Além disso, as *fake news* são um empecilho à concretização de uma democracia efetiva por enfraquecerem a difusão do conhecimento científico e o diálogo. Por sua vez, uma forma de se buscar atingi-la se daria através da igualdade social e do amplo acesso à educação.

Palavras-Chave: Democracia; Fake news; Instituições.

FAKE NEWS AGAINST AN EFFECTIVE DEMOCRACY

Abstract: The objective of the article is to analyze the consequences of the fake news phenomenon under the effectiveness of the democratic system, highlighting its institutional dimension - how they affect and are affected by institutions, habits and shared enabling myths. To do so, it starts with the concepts of democracy presented by Dewey, Dahl and Habermas, emphasizing the importance of knowledge and dialogue for the effectiveness of democracy. It is argued that fake news reinforces social bubbles and the prejudices that give rise to them, making it difficult to establish a collective logic. In addition, fake news is an obstacle to the realization of an effective democracy by weakening the dissemination of scientific knowledge and dialogue. In turn, one way of seeking to achieve it would be through social equality and broad access to education.

Keywords: Democracy; Fake news; Institutions.

Área 1: Metodologia e Pensamento Econômico

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos e do curso de Ciências Econômicas da UEMS. Contato: castellijonattan@gmail.com

² Professor do curso de Ciências Econômicas da UEMS. Contato: ozsolon@gmail.com

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos e do curso de Ciências Econômicas da UEMS. Contato: laisf_azevedo@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Na última década o debate público vem sendo permeado por um fenômeno conhecido como *fake news*, o qual fragilizou os sistemas democráticos ao redor do globo – principalmente desde 2016, com a campanha eleitoral de Donald Trump (SEIXAS, 2019). As *fake news* estabelecem um ambiente de difícil diálogo entre as pessoas, fortalecendo políticos e movimentos de extrema direita que se utilizam delas para descredibilizar políticas progressistas e o próprio sistema eleitoral, catapultando líderes que alimentam o extremismo e a lógica da ruptura social e do ódio entre diferentes grupos, com um discurso do tipo “nós contra eles”.

No caso brasileiro, Dunker (2019) assevera que as *fake news* não só deram a tônica das eleições de 2018, como estabeleceram um novo estágio da discussão pública, a qual foi regredida a um estado de massas, resultando num cenário o qual se faz difícil a compreensão de fatos e argumentos e sucedida da completa desconsideração das fontes de informação. Em meio a uma batalha discursiva, o uso das *fake news* é facilitado e seus interlocutores utilizam da repetição de monólogos, muitas vezes, agressivos, de maneira intencional ou ingênua. Como efeito, produziu-se um vasto sentimento de divisão social, extirpando laços e relações entre as pessoas com diferentes visões.

Esse estágio de discussão pública fraturada, apresentada acima, põe-se como um obstáculo à democracia, pois essa não é dada. A democracia é um processo sócio-histórico em constante evolução de governança deliberativa, autonomia, aprendizado social e institucionalização. Destarte, a democracia está em sempiterno processo de aprendizado e transformação, absorvendo as contradições existentes na sociedade manifestadas e reinventadas pela luta de classes e pelos conflitos sociais (SCHOLZ-WACKERLE, 2016).

À vista disso, o objetivo do artigo é analisar as consequências do fenômeno das *fake news* sob a efetividade do sistema democrático, destacando a sua dimensão institucional – como elas afetam e são afetadas pelas instituições, hábitos compartilhados e mitos autorizadores. Para tanto, parte-se dos conceitos de democracia apresentados por Dewey, Dahl e Habermas, enfatizando a importância do conhecimento e do diálogo para a efetividade da democracia.

Dessa maneira, o artigo se divide em seis seções, contando esta introdução. A segunda e a terceira seções apresentam a conceituação teórica de Dewey, Dahl e Habermas sobre democracia. A quarta seção, por seu turno, traz à baila o conceito de *fake news* e sua relação com a dissonância

cognitiva. Já na quinta seção, faz-se uma análise institucionalista do fenômeno das *fake news*, buscando indicar pontos de aproximação com a conceituação de democracia realizada nas seções dois e três. Por fim, encerra-se o artigo com as considerações finais.

2. DEMOCRACIA É UM CAMINHO DIFÍCIL

George Orwell, escritor e jornalista britânico, possuía uma impecável astúcia para traduzir em distopias as realidades conturbadas da sociedade de seu tempo. Na obra ‘1984’ o autor apresenta a história de um homem, Winston, que lutava, ao menos em pensamentos, contra a ordem do sistema autoritário e opressor em que vivia, e uma de suas grandes questões era: como as pessoas não conseguem se lembrar do passado e acreditam que aquilo que elas vivem hoje é muito melhor do que viveram antes? A resposta pode ser encontrada num trecho emblemático da obra: “Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” (ORWELL, 2009, p. 47). Isso significa que aqueles que dominavam o sistema presente, modificavam as lembranças do passado com mentiras e convenciam as pessoas de que o presente, a despeito da penúria, era um lugar melhor, assim, controlavam tudo, até mesmo o futuro.

Um governo autoritário consegue se perpetuar no poder, pois tudo está sob seu controle e para Orwell havia apenas quatro modos de um grupo governante abandonar o poder: “ou é vencido de fora, ou governa tão ineficientemente que as massas são levadas à revolta, ou permite o aparecimento de um grupo médio forte e descontente, ou perde a confiança em si e a disposição de governar” (2009, p.244). Uma classe dominante que possa se guardar contra as quatro permaneceria eternamente no poder, pois o fator determinante é a sua própria força de pensamentos que se entranha em todos.

A democracia, por outro lado, é o sistema de governo que, em tese, impede que situações como essas relatadas por Orwell aconteçam. São diversos os autores da democracia. Schumpeter (2016), por exemplo, compreende a democracia como um regime no qual o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governar, e estes são escolhidos pela maioria num sistema de eleições. Robert Dahl (2001), por sua vez, entende os regimes como relativamente democratizados, ou seja, possuem um caráter inclusivo, mas aberto à contestação pública. O termo democracia *per se* é encarado por Dahl como um sistema político utópico (tipo ideal) que tem, em suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, “responsivo” a todos seus cidadãos (DAHL, 2001; p.25-26). Dessa maneira, o autor emprega o

termo “poliarquia” para se referir aos regimes democráticos efetivamente existentes com todos os seus problemas.

A ideia de Dahl foi aprofundada por outros autores, como Jürgen Habermas, que transpassa das teorias normativas para as teorias sociais da democracia, incluindo o aspecto da comunicação como um importante fator da efetivação democrática. Vale aqui elucidar sumariamente as propostas de Dahl e em seguida o avanço de Habermas.

Para Dahl (2001; 2005) a democracia é um processo e, além disso, a escolha desse tipo de regime organizacional social é uma forma de institucionalizar o bem comum, afinal, a democracia ajuda a evitar o governo de autocratas cruéis e corruptos, garante a seus cidadãos uma série de direitos fundamentais, uma liberdade pessoal mais ampla e a proteção de interesses coletivos. Os governos democráticos podem proporcionar a máxima oportunidade para as pessoas exercitarem a liberdade da autodeterminação, i.e., viverem sob leis de sua própria escolha ao mesmo tempo que podem exercer a sua responsabilidade moral. Além de tudo, as democracias promovem o desenvolvimento humano mais plenamente do que qualquer outra opção viável, visto que promovem elevado grau de igualdade política, prezam pela paz entre as nações e tem experiências de maior prosperidade econômica e social.

A justificativa pela democracia carrega em si um aparato de colocar a coletividade a frente de interesses espúrios. Enquanto processo, Dahl (2001) aponta uma série de critérios para sua efetivação, quais sejam: participação efetiva; igualdade de voto, entendimento esclarecido; controle do programa de planejamento e; inclusão dos adultos. Se qualquer desses critérios forem violados, os membros de uma sociedade não serão politicamente iguais. Para que um país seja democraticamente governado, ele terá de ter uma série de arranjos, práticas e políticas que se tornem aos poucos instituições. A democracia em grande escala exige de acordo com Dahl (2001): i) Funcionários eleitos; ii) Eleições livres, justas e frequentes, iii) Liberdade de expressão; iv) Fontes de informação diversificadas; v) Autonomia para as associações e; vi) Cidadania inclusiva.

Toda essa composição se trata, portanto, de um tipo ideal de democracia que, por muitas vezes ou sempre, não se verifica em casos concretos tal qual se propõe. Assim sendo, Dahl (2005) sugere o uso do termo “poliarquia” para os casos de democracia imperfeita, que são aqueles que conjugam todos os critérios, mas cujas instituições e processos não se apresentam de maneira cabal a garantir a igualdade e desenvolvimento pleno dos cidadãos. Na poliarquia há grupos que dominam as decisões políticas, haja visto sua maior participação no campo das eleições. Esta

situação cria conflitos pelo fato de existir possibilidades de substituição de governo diante de novos mandatos eleitorais. A oposição entra em processo de conflito com os grupos do governo, a fim de terem seus interesses atendidos pelas políticas de Estado. Quanto maior for o conflito entre governo e oposição, maior o esforço de cada parte em negar uma participação conjunta e efetiva nas decisões políticas, assim sendo, mais difícil se faz a tolerância política.

Perante isso, Dahl (2005) expõe dois elementos que são essenciais para a compreensão dos conflitos políticos: custos de tolerância e custos de repressão. A tolerância à oposição aumenta quanto menores forem os custos de tolerância e maiores os custos de repressão. Assim, a reciprocidade na segurança desses dois atores políticos, governo e oposição, endossam o sistema de poliarquia e da contestação pública.

Do mesmo modo que a democracia, a poliarquia exige a participação política do maior número possível de pessoas, fazendo-se valer da “regra da maioria” para as decisões políticas. A compreensão e o apoio popular, tornam-se, portanto, o principal canal para a escolha de diferentes programas e grupos dirigentes. Nesse aspecto, Habermas coloca em voga os direitos comunicativos usuais, os discursos e as negociações como auxílio de formas de comunicação. A regra da maioria, porém, esconde os meios pelos quais a maioria chega a ser maioria. Assim, “a política deliberativa obtém sua força legitimadora a partir da estrutura discursiva da formação da opinião e da vontade” (HABERMAS, 1997, p. 27).

Habermas (1997), a partir das ideias de Cohen (1989), explica que existe um problema de neutralidade no processo democrático. Para Cohen (1989), a política deliberativa é, em si, efetuada por meio da argumentação pública e do intercâmbio racional entre os cidadãos iguais, considera-se ainda que esta caminha nos fundamentos da argumentação, de maneira inclusiva, livre de coerções externas e internas (soberania e princípio da igualdade respectivamente), podem ser desenvolvidas a qualquer momento, abrange todas as matérias passíveis de regulação e incluem também interpretações de necessidades. Todavia, Habermas (1997) mostra que este é um processo incompleto, pois desconsidera a relação existente entre o processo democrático e o processo de formação informal da opinião na esfera pública⁴.

É na esfera pública que acontece a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, os fluxos comunicativos são introduzidos, filtrados e sintetizados, até o momento que se

⁴ Como esfera pública, Habermas (1997) considera como “estrutura intermediária” que faz a mediação entre o Estado e o sistema político e os setores privados do mundo da vida.

tornam opiniões públicas a respeito de temas específicos. A linguagem de comunicação é a natural, simples e habitual, e está em sintonia com a clareza geral da prática comunicativa cotidiana. Desta maneira, Habermas (1997, p. 33) salienta que, “devido a sua estrutura anárquica, a esfera pública geral está muito mais exposta aos efeitos de repressão, de exclusão do poder social, da violência estrutural, e da comunicação distorcida”. O público considerado “fraco” é o sujeito da opinião pública.

A formação democrática da opinião e da vontade não estão desvinculadas e dependem de opiniões públicas informais que se formam em um espaço que não está desvirtuado do poder. A igualdade social e de acesso à educação tornam-se pilares fundamentais na melhoria desse fluxo de informação que moldam a base social da formação da opinião. John Dewey (1954) apresenta uma análise clara sobre a importância de se considerar os meios pelos quais uma maioria chega a ser maioria no contexto da opinião pública, considerando os debates anteriores, a modificação dos pontos de vista e sugere que a solução para estas vias democráticas é qualificar e aprimorar os métodos e condições dos debates, discussões e das vias de persuasão.

3. EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA, A PERSPECTIVA DE JOHN DEWEY

Enquanto Dahl entende a democracia como um processo que só pode ser efetivado a partir da observação de certos critérios que, em grande medida, são constituídos apenas de maneira imperfeita, conformando poliarquias, para Dewey (1937.a; 1937.b; 1939), a democracia não é uma concepção fixa, mas uma ideia ou uma crença que progride ao longo do tempo em função das mudanças que ocorrem por conta do desenvolvimento de novas necessidades humanas e dos novos recursos para lidar com essas necessidades. Desse modo, a ideia de democracia deve ser constantemente redescoberta e reorganizada a partir do que Dewey chama de sua finalidade radical: a realização de grandes alterações nas instituições sociais, econômicas, jurídicas e culturais existentes com o intuito não apenas de se adequar às mudanças das necessidades e recursos, mas promover, de modo igualitário, a oportunidade para que todos os indivíduos desenvolvam suas personalidades e capacidades.

Democracy is a way of life controlled by a working faith in the possibilities of human nature. Belief in the Common Man is a familiar article in the democratic creed. That belief is without basis and significance save as it means faith in the potentialities of human nature as that nature is exhibited in every human being irrespective of race, color, sex, birth and family, of material or cultural wealth. This faith may be enacted in statutes, but it is only on paper unless it is put in force in the attitudes which human beings display to one another in all the incidents and relations of daily life. (...) The democratic faith in

human equality is belief that every human being, independent of the quantity or range of his personal endowment, has the right to equal opportunity with every other person for development of whatever gifts he has. (DEWEY, 1939, p.85-86)

Contudo mais do que enunciar uma finalidade específica, Dewey (1939) defende que a verdadeira concepção de democracia se atém aos meios e métodos de se atingir tal fim. Esses meios devem prezar pelas atividades voluntárias e pelo consentimento através de uma inteligência pública que se coloca em oposição a qualquer tipo de coerção e violência, permitindo ampliar e enriquecer as experiências de vida.

(...) democracy is belief in the ability of human experience to generate the aims and methods by which further experience will grow in ordered richness. (...) Democracy is the faith that the process of experience is more important than any special result attained, so that special results achieved are of ultimate value only as they are used to enrich and order the ongoing process. Since the process of experience is capable of being educative, faith in democracy is all one with faith in experience and education. (DEWEY, 1939, p.88)

Para Dewey (2001), a educação é fundamental ao processo democrático, pois ajuda a construir, organizar e direcionar o significado das experiências individuais e comunitárias a partir da disseminação de atitudes e pensamentos científicos. Ele salienta que, diferentemente de um mero treinamento técnico, a educação não apenas ajuda a aperfeiçoar e controlar, mas também a alterar as disposições iniciais dos indivíduos e a revisar seus desejos e finalidades. É justamente essa possibilidade de enriquecer e formar novos propósitos a partir de uma educação calcada na ciência que põe em marcha o progresso social. Adicionalmente, Dewey ressalta que é necessário promover ativamente as condições que possibilitam esse processo educacional, visto que o ambiente social, por si mesmo, não possui o potencial de direcionamento guiado das disposições humanas:

We shall perceive that the social medium neither implants certain desires and ideas directly, nor yet merely establishes certain purely muscular habits of action, like “instinctively” winking or dodging a blow. Setting up conditions which stimulate certain visible and tangible ways of acting is the first step. Making the individual a sharer or partner in the associated activity so that he feels its success as his success, its failure as his failure, is the completing step. (DEWEY, 2001, p.18)

No âmbito institucional formal, o papel das escolas é promover um entendimento do movimento e direção das forças sociais, bem como das necessidades comunitárias e dos recursos que podem ser utilizados para satisfazer essas necessidades e atingir o desafio da democracia. Dewey (1937.b) tece críticas à estrutura do sistema educacional de seu tempo – e essa crítica se estende até a estrutura atual - como um mero provedor de informação que é alheio às

potencialidades da ação social, ou seja, um provedor de conhecimento sobre inúmeras coisas que não necessariamente resultam em uma ação inteligente que vise entender o que precisa ser feito para a promoção do bem social e das capacitações individuais. A fim de construir uma sociedade democrática, a própria estrutura curricular deveria se atentar às necessidades específicas da comunidade e a uma formação humana:

The scheme of a curriculum must take account of the adaptation of studies to the needs of the existing community life; it must select with the intention of improving the life we live in common so that the future shall be better than the past. (...) Democratic society is peculiarly dependent for its maintenance upon the use in forming a course of study of criteria which are broadly human. Democracy cannot flourish where the chief influences in selecting subject matter of instruction are utilitarian ends narrowly conceived for the masses, and, for the higher education of the few, the traditions of a specialized cultivated class. (...) A curriculum which acknowledges the social responsibilities of education must present situations where problems are relevant to the problems of living together, and where observation and information are calculated to develop social insight and interest. (DEWEY, 2001, p.199-200)

Tendo em vista que tanto a educação formal como a informal ocorrem dentro de um ambiente comunitário, é necessário que exista um entendimento comum das disposições emocionais e intelectuais que correspondam às expectativas e requerimentos da comunidade. Para Dewey (1941; 2001), o ser humano vive em comunidade em virtude das coisas que eles têm em comum e a comunicação é a maneira através da qual eles passam a ter essas coisas em comum, tornando-se o elemento primário ao qual a democracia está conectada. Toda comunicação é educativa, dado que possibilita uma ampliação e modificação das experiências de vida através do seu principal instrumento: a linguagem.

Embora as liberdades de expressão, de discurso e de associação sejam amplamente defendidas dentro de um sistema capitalista liberal, a publicidade mentirosa também está viva e ativa enquanto um hábito estabelecido dentro desse sistema, dando oportunidade para que sejam veiculadas informações e notícias falsas. O grau de democracia realmente existente está relacionado à conexão intrínseca entre a liberdade de desenvolver a inteligência - entendida por Dewey como um julgamento sobre quais fatos são relevantes para a ação e como eles importam para as coisas que devem ser feitas – e a comunicação livre, manifestada no método da conferência, consulta e discussão a partir dos resultados das experiências das diversas pessoas que vivem em comunidade. Dewey (2001) chama isso de eficiência social: a socialização da mente que está ativamente preocupada em tornar as experiências mais comunicáveis e em quebrar as barreiras da estratificação social que tornam os indivíduos insensíveis aos interesses dos outros. Contudo,

enquanto houver um hábito socialmente compartilhado de que é justificável tomar ações econômicas e políticas não baseadas na razão e na ciência apenas para manter uma estabilidade social estratificada, então os preconceitos, as crenças infundadas e as notícias falsas terão o mesmo peso do que os fatos e o conhecimento:

Until highly respectable and cultivated classes of men cease to suppose that in economic and political matters the importance of the end of social stability and security justifies the use of means other than those of reason, the intellectual habit of the public will continue to be corrupted at the root, and by those from whom enlightenment should be expected. (...) Until the taboos that hedge social topics from contact with thought are removed, scientific method and results in subjects far removed from social themes will make little impression upon the public mind. Prejudice, fervor of emotion, bunkum, opinion and irrelevant argument will weigh as heavily as fact and knowledge. Intellectual confusion will continue to encourage the men who are intolerant and who fake their beliefs in the interests of their feelings and fancies. (DEWEY, 1924, p.322)

Em um texto escrito no período final da II Guerra, Dewey (1945) ressalta que os ataques que a ciência começou a sofrer nessa época se tornaram mais profundos do que os ataques ocorridos em períodos anteriores, que giravam em torno de reposicionamentos de crenças antigas envolvendo questões como a astronomia e a biologia. Em vista dos poderes destrutivos das armas de guerra, o ataque à ciência passou a se assentar sobre a atitude, o ponto de vista e os métodos científicos que interferiam - e ainda interferem - nos problemas institucionais humanos, em especial sobre quem e o que deverá ter autoridade para exercer influência sobre a direção da vida humana. Dewey é contundente em defender a posição científica ao afirmar que os verdadeiros humanistas são aqueles que, despidos de interesses de classe, atacam não apenas as mentiras e preconceitos, mas os hábitos e instituições científicas utilizadas na aplicação de uma tecnologia que causa mal à população e reduz o potencial que a ciência tem de educar e promover oportunidades para a melhoria da vida de toda a comunidade. Em resumo: “Science represents the office of intelligence, in projection and control of new experiences, pursued systematically, intentionally, and on a scale due to freedom from limitations of habit. It is the sole instrumentality of conscious, as distinct from accidental, progress” (DEWEY, 2001, p.235).

A revitalização contemporânea dos ataques à ciência torna a posição de Dewey extremamente relevante e atual, ainda que em meio a um diferente contexto. Para se construir uma sociedade efetivamente democrática, torna-se cada vez mais urgente a necessidade de uma comunicação educacional calcada nos princípios científicos, envolvendo um esforço persistente de se revisar as crenças e hábitos atuais a fim de eliminar aquilo que é falso e aumentar a precisão de tudo aquilo que se toma como correto e socialmente necessário.

4. FAKE NEWS E A DISSONÂNCIA COGNITIVA

Como se observa a partir das teorias de Dewey, Dahl e Habermas, é em razão de as *fake news* obstarem o diálogo público que elas se apresentam como uma ameaça à democracia. Entretanto, a despeito dos efeitos conhecidos sobre o jogo político e a organização social, Rais e Sales (2020, p.27) destacam a dificuldade em se definir *fake news* devido a seu caráter polissêmico, pois ora ela é definida como uma notícia falsa, ora uma notícia fraudulenta, às vezes entendida como uma reportagem que sofre de deficiência e parcialidade, em outros momentos como agressão a alguém ou a uma ideologia. De tal maneira que os autores supracitados buscam compreender esse fenômeno partindo do campo da ética, observando que uma possível tradução de *fake news* seria “uma mensagem propositalmente mentirosa capaz de gerar dano efetivo ou potencial em busca de alguma vantagem” (RAIS; SALES, 2020, p. 27). Indo além, Rais e Sales destacam uma nova forma de *fake news*, denominada *deep fakes*, as quais se constituem em uma profunda falsificação da realidade, baseando-se na utilização de algoritmos e engenharia computacional e de dados – um caso extremo de falsificação da realidade.

Da Empoli (2019), por seu turno, em sua obra intitulada “Engenheiros do Caos”, analisa o processo de geração e disseminação de *fake news* nas diferentes redes sociais, no qual o uso de algoritmos permite captar os anseios e medos de grupos de eleitores e com isso direcioná-los a extremos políticos, amiúde questionando as estruturas que alicerçam o sistema democrático. As *fake news* projetadas pelos engenheiros do caos visam ampliar o engajamento (adesão imediata) a políticos e causas específicas, através de conteúdos capazes de atrair os eleitores e mantê-los por mais tempo nas diferentes plataformas virtuais. Além disso, esse autor sustenta que o jogo político na era das *fakes news* está menos atrelado em unir as pessoas e os diferentes grupos sociais em torno de um denominador comum, mas sim na inflamação de paixões – resultando em uma polarização política, onde grupos de pessoas se encontram nos extremos, ao invés da convergência ao centro.

Uma questão central ao tema das *fake news*: é qual a razão de elas aderirem às crenças e comportamento das pessoas? Um caminho para compreender esse processo é analisa-las a partir da noção de dissonância cognitiva. O conceito de dissonância cognitiva foi introduzido a partir da obra do psicólogo social Leon Festinger (1957) e busca explicar uma situação em que há um conflito entre as crenças de um indivíduo, suas ações, emoções e a realidade que o circunscreve,

gerando um mal-estar cognitivo. Como mecanismo para se reestabelecer a consonância, coerência entre crença, ação, emoções e realidade, o indivíduo estabelece ou adere a narrativas alternativas que condigam com seu sistema de crenças, ao mesmo tempo que evita informações e situações que ampliem a dissonância.

Um exemplo literário da dissonância cognitiva é a fábula da raposa e as uvas, de Esopo. Na fábula uma raposa se vê desejosa em alcançar e devorar um cacho de uvas maduras que se encontra em uma videira muito acima da altura de sua cabeça. Ao tentar alcançá-la, porém, a raposa falha. Por conseguinte, como forma de enfrentar e minimizar sua frustração, a raposa diz para si mesma que não deseja o cacho de uvas, por essas estarem verdes e, portanto, inapropriadas para o consumo. Destarte, como revelado pela fábula de Esopo, a dissonância cognitiva ocorre através da construção de uma narrativa que vise reestabelecer a coerência entre crença (na história, a cobiça/desejo pelas uvas) e uma realidade contraditória a ela: já que não consigo o objeto desejado, de fato, não o desejo, ou mesmo, ele não possui os predicados que acreditava inicialmente que os teria. Retomando-se a referência à 1984, pode-se pensar o processo de “duplipensamento”, descrito por Orwell, como um tipo de dissonância cognitiva.

Outro exemplo de dissonância cognitiva é apresentado no livro *“When Prophecy Fails”*, de Festinger, Riecken e Schachter (1956). Na obra os autores realizam um estudo de psicologia social sobre o caso de uma pequena religião ufóloga de Chicago (EUA), denominada *“Seekers”*, os quais acreditavam em um apocalipse imediato, baseados na profecia de uma de suas seguidoras, Dorothy Martin. Conforme a profecia, cidades dos Estados Unidos, Canadá, América Central e Europa seriam inundadas e destruídas no dia 21 de dezembro de 1954, sendo salvas apenas as pessoas seguidoras dessa religião, as quais seriam levadas por extraterrestres para um planeta imaginário chamado Clarion. A dissonância cognitiva dos membros dessa seita se manifesta a partir do momento que, evidentemente, o apocalipse não ocorre e eles buscam coerência entre suas crenças e a não ocorrência do desastre apocalíptico.

Assim segundo os autores, em razão de a religião e a crença no apocalipse estabelecer relações sociais sólidas, os *“Seekers”* teriam dificuldade para abandoná-las, acreditando que se seu sistema de crenças angariava cada vez mais seguidores, ele deveria estar correto. Por conseguinte, para atingir a consonância entre crenças e realidade, esse grupo construiu uma narrativa de que o apocalipse não ocorreu devido à fé e orações realizadas por eles, tornando-os

em salvadores do mundo e mantendo a coesão comunitária dos seguidores dessa religião (FESTINGER, RIECKEN, SCHACHTER; 1956).

Um tipo de dissonância cognitiva relevante para a compreensão do fenômeno das *fake news* é o viés de confirmação. Esse tipo de dissonância cognitiva se refere a uma situação em que as pessoas buscam enfatizar as suas próprias crenças ante informações que contrariem suas posições (COSTA et al, 2020). Dessa maneira, uma pessoa que reproduz um viés de confirmação aceitará aquelas notícias e informações que reforcem sua maneira de entender a realidade, ao mesmo tempo que ignora informações que a contradizem. Nesse processo, adotam-se narrativas das mais fabulosas, aproximando-se inclusive de teorias da conspiração, desde que essas estejam alinhadas a seu sistema de crenças e reduzam a sensação de incoerência.

Nesse sentido, as *fake news* são aceitas por parte das pessoas por confirmarem crenças individuais pré-estabelecidas, podendo ser reforçadas por um outro tipo de dissonância, o efeito Dunning-Krueger, onde um indivíduo ao mesmo tempo que não possui conhecimento sobre um assunto, ignora suas próprias limitações:

People tend to hold overly favorable views of their abilities in many social and intellectual domains (...) this overestimation occurs in part, because people who are unskilled in these domains suffer a dual burden: Not only these people reach erroneous conclusions and make unfortunate choices, but their incompetence robs them of metacognitive ability to realize it. (KRUGER; DUNNING, 1999, p. 1121)

Por conseguinte, o indivíduo adquire confiança de que seus conhecimentos englobam áreas sobre as quais ele desconhece. Esse seria o caso do movimento terraplanista, no qual indivíduos que não possuem conhecimento científico sobre física, astronomia, geologia etc, defendem que a terra é plana, ignorando ou negando as evidências científicas existentes para o modelo esférico. Por não compreenderem como os instrumentos astronômicos funcionam e as próprias leis da física, reforçam suas crenças, as quais estão alinhadas ao sistema de crenças mais arraigado, o criacionismo. Esse mesmo processo cognitivo se aplica ao movimento antivacina. A combinação do viés de confirmação ao efeito Dunning-Krueger permite a ampliação da difusão e aceitação de *fake news* por parte de grupos sociais específicos.

Um último elemento sobre as *fake news* e seu processo de socialização que se deve ressaltar é apontado por Prando (2020). Segundo esse autor, afora a difusão se dar via redes sociais e seus algoritmos, ela ocorre dentro de locais que possuem uma maior proximidade afetiva e de convivência que coloca as pessoas em condições de acreditar no que leem ou recebem via mídias

sociais. O caso mais emblemático se dá no âmbito familiar, onde há uma maior confiança nos interlocutores em razão do afeto e intimidade que se compartilha com eles.

5. A DIMENSÃO INSTITUCIONAL DAS FAKE NEWS

Almeida e Brites (2022) sublinham que a dissonância cognitiva pode ser melhor entendida a partir do arcabouço teórico do institucionalismo original (ou radical) – derivado dos trabalhos de Veblen, Commons, Mitchell, Ayres e seus seguidores – e da aproximação dela com o conceito de hábitos. Na tradição do institucionalismo original, hábito pode ser definido como sendo “uma propensão não deliberada e de autoação relacionada ao padrão de comportamento adotado previamente (...) [i.e], uma forma de de autossustentação, um comportamento irreflexivo que emerge de situações repetitivas” (HODGSON, 1998, p. 178, *tradução nossa*). O hábito carrega em si crenças e padrões de pensamento compartilhados socialmente e que servem de heurística para a ação humana em uma dada sociedade.

Veblen (1965) ainda destaca que os hábitos compartilhados são a base para a emergência das instituições. Os hábitos compartilhados socialmente podem, inclusive, não serem motivados pelo que é eficaz e técnico, mas por elementos que possibilitem a identificação e distinção social. De modo que hábitos são utilizados como um conhecimento de como as pessoas devem escolher e se comportar nas suas tomadas de decisão (ALMEIDA; BRITES, 2022).

Assim sendo, os hábitos estão, amiúde, enraizados socialmente, o que torna muito difícil tomar um comportamento destoante às práticas já habituadas em uma sociedade. Por esse motivo, em um contexto de dissonância cognitiva, ao invés de as pessoas abandonarem suas crenças de imediato, atêm-se a elas, em razão delas já terem sido habituadas socialmente e guiarem as suas ações. Segundo Almeida e Brites (2022), decorrente da dissonância ocorre uma pressão para as pessoas encontrarem um novo hábito de pensamento que seja coerente com a sua tomada de decisão, onde ser apegado a um hábito prévio pode ser visto como um processo de se racionalizar a dissonância cognitiva. Sem embargo, diante da impossibilidade de facilmente se abdicar de um hábito – pois como observa Hodgson (2006, p. 657, *tradução nossa*), “todas ações e deliberações dependem de hábitos adquiridos anteriormente, (...) [o que faz] os hábitos terem primazia temporal e ontológica sob a intenção e a razão” – o indivíduo busca racionalizar a dissonância a fim dela se encaixar aos seus hábitos pré-estabelecidos.

Dessa maneira, as *fake news* que alimentam essas crenças já habitadas são selecionadas através do viés de confirmação e legitimadas no seio de um grupo social específico, no qual o uso das mídias sociais facilita tanto a sua difusão quanto o isolamento dos indivíduos em bolhas, passando a conviver com outras pessoas que compartilham as mesmas crenças e narrativas. A aceitação de certas *fake news*, portanto, serve como forma de identificação e legitimidade social dentro dessas bolhas, particularmente no debate político. Da Empoli (2019) observa que acreditar em *fake news* – por mais estapafúrdias que elas possam ser – é uma espécie de carimbo de lealdade a uma causa, a um político ou ideologia. Logo, é um mecanismo de identificação dentro de um grupo social.

Outro aspecto da institucionalidade da dissonância cognitiva, especialmente aquelas baseadas no conflito da realidade com crenças que carregam em si uma conotação preconceituosa, é o medo como mecanismo de autorreforço. Segundo Wrenn (2013), embora o medo não possa ser compreendido apenas como uma construção social, pois seu crescimento, natureza e desenvolvimento se dão sob sua própria inércia, ele também é moldado e molda o arranjo institucional. De tal forma que o medo seria tanto determinado estruturalmente quanto seria socialmente transformador, à medida que as ansiedades sociais se tornam parte do repositório de conhecimento social (WRENN, 2013).

Nessa perspectiva, Mary Wrenn (2013) apresenta duas consequências do aspecto estruturante do medo na sociedade e que se pode relacionar ao fenômeno das *fake news* e seus efeitos à democracia: o que ela denomina de “reação nativista” e os pânicos morais. Consoante a autora, em períodos de elevada incerteza e ansiedade – como por exemplo, uma crise econômica que piore a condição de vida da população – há uma tendência de as pessoas gravitarem em torno de princípios e ideais conservadores e de direita, em razão deles proverem respostas para preocupações existenciais.

Da mesma forma, situações que provoquem mudanças bruscas e transformações na sociedade, causando o desmantelamento e desenraizamento de tradições e nós sociais, alimentam a reação nativista, por prometer aos grupos sociais a ela alinhados segurança e continuidade social, inclusive do *status quo*, fornecendo-os uma sensação de pertencimento baseado em significados, propósito e autoestima. Por conseguinte, as pessoas buscam encontrar uma sensação de segurança pertencendo a um grupo específico, repartindo a sociedade em bolhas sociais que não dialogam entre si e se sustentam através de narrativas próprias, as quais são reforçadas pelas *fake news*.

A reação nativista, portanto, manifestar-se-á em uma maior aderência a ideias de direita, organizações neofascistas e extremismo religioso, buscando como resposta à crise grupos inimigos, “os outros”, que devem ser combatidos – sejam os judeus (para o nazismo), negros (para movimentos eugenista, no apartheid e para a KKK), os comunistas ou religiões de matriz africana, etc. Nesse mesmo sentido, o medo impulsiona os “pânicos morais”, cuja emergência se dá em períodos de desconforto generalizado, resultando na escolha de um mal ou desafio a serem suplantados (WRENN, 2013).

Mais um aspecto institucional a ser destacado sobre o fenômeno das *fake news* se refere a elas, muitas vezes, reproduzirem narrativas conhecidas no institucionalismo original como mitos autorizadores. O mito autorizador se aproxima do hábito de pensamento, podendo ser entendido como um conjunto de crenças que sustentam a estratificação social, atuando como se fosse propaganda que reforça os valores e interesses dos grupos sociais dominantes (especialmente da classe ociosa).

Conforme Dugger e Sherman (2000), os mitos autorizadores são formados por estereótipos, pontos-cegos e padrões duplos que carregam uma significativa carga emocional, podendo ser positiva ou negativa. Essa carga emocional se baseia em dois princípios: i) a emulação (a carga positiva), uma competição por status, cujo efeito é as pessoas buscarem emular os padrões de pensamento, comportamento e valores dos grupos dominantes; ii) e o bode expiatório (a carga negativa), que se refere ao processo de escolha por parte do grupo social dominante de grupos, ideias e práticas como causa das mazelas sociais. O bode expiatório é sempre o “outro” e materializa os medos e anseios do grupo social dominante, podendo ser o judeu, o negro, o comunista, o movimento feminista, os indígenas, o MST, etc.

Cabe ressaltar que em uma sociedade caracterizada pela hegemonia das grandes corporações, os mitos autorizadores, frequentemente, representam narrativas que defendem os interesses das corporações. Nesse sentido, Almeida e Mortari (2021) asseveram que as redes sociais são utilizadas para difundir e reforçar esses mitos. Além disso, assinalam que no ambiente das redes sociais, os influencers são construídos como a personificação de parte dos mitos das corporações, no qual o estilo de vida deles é apresentando como algo a ser invejável e emulado. Junto ao estilo de vida são emulados os valores e crenças defendidos pelos influencers, os quais estão alinhados aos interesses da hegemonia corporativa e aos mitos autorizadores que as legitimam.

Em confluência a isso, Scholz-Wackerle (2016) argumenta que a política de hoje é fortemente influenciada pelas grandes corporações que atuam como unidades políticas via seu elevado poder de mercado, de tal maneira que, na ausência de uma democracia participativa bem estabelecida, o lobismo cresce e busca definir o interesse dos eleitores. Logo, pode-se arguir que devido às *fake news* enfraquecerem o debate público e a democracia, elas servem aos interesses escusos (*vested interests*) das grandes corporações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou trazer o debate sobre a complexidade da democracia e seus pilares enquanto processo social. A comunicação é um fator crucial e decisivo na consolidação das instituições democráticas e, para tanto, quanto melhores os sistemas de educação e mais qualificados os espaços de diálogos, mais próximas as sociedades chegam da democracia em seu tipo ideal. Apresentou-se aqui, no entanto, um movimento antagônico aos princípios democráticos que é o fenômeno das *fake news*. Essas mensagens propositalmente mentirosas, buscam modificar a realidade de forma a atender algum interesse escuso que, na maioria das vezes, conformam-se em interesses políticos.

Ainda, foi resgatado o arcabouço teórico do institucionalismo original, com vistas a elucidar o conceito de hábitos compartilhados como a base para a emergência das instituições. Diante de um cenário de dissonância cognitiva, as *fakes news* levam o indivíduo a racionalizá-la a fim dela se encaixar aos seus hábitos pré-estabelecidos. Dessa maneira, as *fake news* se tornam mais críveis conquanto dialoguem com narrativas já enraizadas nos hábitos de pensamento compartilhados na sociedade – dentre as quais se destacam os mitos autorizadores. Em outras palavras, as *fake news* terão maior aderência social se conseguirem reforçar um hábito/mito já existente. No cenário político, as *fake news* de maior repercussão e aceitabilidade serão exatamente aquelas que atacam os bodes expiatórios, já previamente estabelecidos, de uma sociedade. Portanto, *fake news* do tipo “político X, se ganhar as eleições, irá invadir e desapropriar a tua casa”, é difundida no debate público por ter sinergia com os medos e preconceitos de parte da sociedade brasileira cujo medo da implantação do comunismo é algo presente desde a era Vargas e a fraude da “intentona comunista” e foi utilizado para criminalizar o partido comunista e legitimar a ditadura civil militar brasileira (MARIANI, 1998).

Em estudo realizado por Quessada (2022) a partir da análise de discurso de *fake news* difundidas no Brasil, por exemplo, identificou-se três grandes temas que representam setenta por cento das narrativas fraudulentas sobre a esquerda nacional: i) a associação dos Direitos Humanos ao tráfico, de modo que os esquerdistas preferem defender bandidos a lutar pelos interesses do cidadão de bem; ii) corrupção e fraude eleitoral, os quais seriam os meios para os partidos de esquerda chegarem ao poder, vencendo as eleições mediante fraude das urnas; iii) e intolerância religiosa e ofensa à fé cristã, no qual além de ofenderem os ensinamentos cristãos, os esquerdistas ergueriam bandeiras em favor da homossexualidade, da pedofilia e da ideologia de gênero. Conforme o autor supracitado, esses temas visam transformar a esquerda em um inimigo perigoso que deve ser combatido, um bode expiatório para os problemas socioeconômicos enfrentados pelo país.

A descredibilização do sistema eleitoral, por sua vez, com o argumento de que as urnas são facilmente fraudadas, ganha força retórica por ser uma narrativa anti-estado, em uma sociedade dominada pelas grandes corporações, na qual a lógica dominante é a austeridade e a redução desse estado. O estado brasileiro é historicamente compreendido como corrupto e patrimonialista, logo, uma narrativa que ataque a democracia a partir desse juízo de valor tem maior aceitabilidade: as urnas são fraudadas, pois o estado não é confiável, especialmente se esse tiver um caráter mais à esquerda.

Destarte, argumenta-se que as *fake news*, por um lado, reforçam as bolhas sociais e os preconceitos que as ensejam, dificultando o estabelecimento de uma lógica coletiva; por outro lado, ao disseminarem informações que vão contra o conhecimento científico, obstam a forma de concretização de uma democracia efetiva à la Dewey. Ademais, assumindo-se a concepção de democracia a partir de Dewey, Dahl e Habermas, como um processo de diálogo coletivo, nota-se que as *fake news* vão em direção oposta, por obstarem o diálogo entre os diferentes grupos sociais, além de divulgarem narrativas anticientíficas que contrariam a noção apresentada de Dewey de que a democracia é mais efetiva à medida que haja uma conexão intrínseca entre liberdade de se desenvolver inteligência e a comunicação livre, manifestada na conferência, consulta e discussão dos resultados das diversas experiências vivenciadas pelos membros de uma comunidade. As *fake news* fragilizam a aderência dos argumentos científicos na sociedade e por isso enfraquecem esse aspecto da democracia trazido por Dewey.

Sem embargo, um aspecto que pode trazer uma perspectiva otimista em torno desse tema, é que tanto a dissonância cognitiva pode ser reduzida por meio da educação – enfraquecendo o efeito Dunning-Kruger e o viés de confirmação – quanto o diálogo e a democracia podem ser reforçados a partir dela. Sobre o primeiro ponto, Kruger e Dunning (1999) salientam que o acesso ao conhecimento por parte de pessoas sob o efeito Dunning-Kruger as faz perceberem sua própria ignorância e superarem essa condição. E a respeito do segundo, como observado por John Dewey, a construção de uma sociedade efetivamente democrática passa por uma comunicação educacional calcada nos princípios científicos, revisando crenças e hábitos. Complementando o argumento de Dewey, ressalta-se a observação feita por Habermas de que a formação democrática da opinião e da vontade que servirá de guia para a tomada de decisão política das pessoas não está desvinculada das opiniões públicas informais que emergem em um ambiente estruturado pelas relações de poder.

Nota-se aqui uma convergência com a abordagem do institucionalismo original, no qual os hábitos de pensamentos são afetados pela estratificação social – com a emulação e a escolha de bodes expiatórios – e pela hegemonia corporativa. Outrossim, a opinião pública é afetada pela classe dominante e a forma de se desprender dela e se construir uma democracia efetiva se dá pela igualdade social e pelo amplo acesso à educação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F.; BRITES, M. Cognitive Dissonance in Economics: Mainstream and Heterodox Possibilities. In: ANPEC. **Anais do 50º Encontro Nacional de Economia**. Fortaleza: ANPEC, dezembro de 2022.
- ALMEIDA, J.; MORTARI, V. Smartphones, Social Networks, and Fake News: Institutional Economics Approach to Decision Making in the Twenty-First Century. **Journal of Economic Issues**, v. 55, 2021, p. 342-348.
- COHEN, John. *Deliberation and Democratic Legitimacy*. The Goody Polity, 1989.
- COSTA, D. F.; CARVALHO, F. M.; MOREIRA, B. C. M.; SILVA, W. S. Viés de confirmação na tomada de decisão gerencial: um estudo experimental com gestores e contadores. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v.14, 2020, pp. 1-16.
- DA EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos**. Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo: Vestígio, 2019.
- DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e o oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- DAHL, Robert A. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. DEWEY, John. *The public and its problems*. Chicago, 1954.

- DEWEY, John. **Democracy and Education**. A Penn State Electronic Classic Series Publication. 2001.
- DEWEY, John. 1924. Science, Belief and the Public. *In*: DEWEY, John. **America's Public Philosopher: Essays on social justice, economics, education, and the future of democracy**. New York: Columbia University Press, 2021, p.316-323.
- DEWEY, John. 1937a. Democracy is Radical. *In*: DEWEY, John. **America's Public Philosopher: Essays on social justice, economics, education, and the future of democracy**. New York: Columbia University Press, 2021, p.31-36.
- DEWEY, John. 1937b. The Challenge of Democracy to Education. *In*: DEWEY, John. **America's Public Philosopher: Essays on social justice, economics, education, and the future of democracy**. New York: Columbia University Press, 2021, p.45-56.
- DEWEY, John. 1939. Creative Democracy: The task before us. *In*: DEWEY, John. **America's Public Philosopher: Essays on social justice, economics, education, and the future of democracy**. New York: Columbia University Press, 2021, p.81-89.
- DEWEY, John. 1941. The Basic Values and Loyalties of Democracy. *In*: DEWEY, John. **America's Public Philosopher: Essays on social justice, economics, education, and the future of democracy**. New York: Columbia University Press, 2021, p.76-80.
- DEWEY, John. 1945. The Revolt Against Science. *In*: DEWEY, John. **America's Public Philosopher: Essays on social justice, economics, education, and the future of democracy**. New York: Columbia University Press, 2021, p.343-347.
- DUGGER, W. M.; SHERMAN, H. J. **Reclaiming Evolution – a dialogue between Marxism and Institutionalism on social change**. London: Routledge, 2000.
- DUNKER, C. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. *In*: STARLING, H. (Org). **Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FESTINGER, L. **A Theory of Cognitive Dissonance**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1957.
- FESTINGER, L; RIECKEN, H. W.; SCHACHTER, S. **When Prophecy Fails: A Social and Psychological Study of a Modern Group that Predicted the Destruction of the World**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1956.
- HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. V. II. Rio de Janeiro - RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1997.
- HODGSON, G. M. (1998) The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, v. XXXVI, march 1998, pp.166-192.
- HODGSON, G. M. Reclaiming habit for institutional economics. **Journal of Economic Psychology**, v.25, 2004, pp. 651-660.
- KRUGER, J.; DUNNING, D. Usliked and Unaware of It: How Difficulties in Recognizing One's Own Incompetence Lead to Inflated Self-Assessments. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 77, n. 6, 1999, pp. 1121-1134.
- MARIANI, B. S. C. **O PCB e imprensa: os Comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Campinas: UNICAMP, 1998.
- ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PINTO, M. F.; SBICCA, A.; CASONATO, L. Uma análise do fenômeno 'fake news' com base na Economia Comportamental. **Economia e Desenvolvimento**. Santa Maria: UFSM, v.32, e.14, 2020, pp. 1-25.

- PRANDO, R. A. Conhecimento, Fake News e Política na Sociedade Brasileira. In: AMARAL, L. F. P.; PRANDO, R. A. **Fake News: riscos à democracia**. São Paulo: Editora IASP, 2021.
- QUESSADA, M. A agenda setting das fake news: uma análise da desinformação contra a esquerda brasileira à luz da ciência política. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate – RDSD**, v.8, n.1, 2022, pp. 88-112.
- RAIS, D.; SALES, S.R. *Fake news, deepfakes* e eleições. In: RAIS, D. (Coord.). **Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.
- SCHOLZ-WACKERLE, M. Democracy Evolving: A Diversity of Institutional Contradictions Transforming Political Economy. **Journal of Economic Issues**, v. 50, n.4, 2016, pp. 1003-1026.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2016.
- SEIXAS, R. Gosto, Logo Acredito: o funcionamento cognitivo-argumentativo das fake news. **Caderno de Letras**, UFF, Niterói, v. 30, n.59, 2019, pp. 279-295.
- VEBLEN, T. B. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.
- WRENN, M. Fear and Institutions. **Journal of Economic Issues**, v. 47, n. 2, 2013, pp. 383-390.